

SISTEMA ELETRÔNICO DE COMPRAS
Em parceria com www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 0322.833136.0001

DATA: 12/07/2019

SÍNTESE DO OBJETO E PROCEDIMENTOS

LEGISLAÇÃO: Os procedimentos licitatórios obedecerão, integralmente, a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas no Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, alterado pelos de n.º 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 6 de abril de 2001, na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto Nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Instrução Normativa nº 03 de 11 de fevereiro de 2015, bem como na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e nos seguintes anexos que o integram.

OBJETO: Contratação de empresa especializada nos serviços de locação de 07 (sete) veículos (com motorista e combustível), para o deslocamento da equipe do Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para realização do monitoramento das ações de alfabetização, no âmbito do Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: a partir da data de publicação do aviso no D.O.U.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12/07/2019 às 08h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 12/07/2019 às 08h45min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br – “Acesso Identificado”.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

Processo nº: **0322.833136.0001**
Tipo: **MENOR PREÇO**
Forma: **Eletrônica (Pregão)**
Data: **12 de julho de 2019**
Horário: **08h45min (horário de Brasília/DF)**
Local: www.licitacoes-e.com.br

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA – FSADU, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída através de Escritura Pública, lavrada no Cartório de Ofício do tabelião Dr. Tito Antônio de Sousa Soares, Livro nº. 436, fls. 161 a 167, e alterações no Livro nº. 464, fls 128 a 134, datado de 02 de abril de 1984, com o intuito de apoiar a Universidade Federal do Maranhão no ensino, pesquisa e extensão, com sede na Rua das Juçaras, Quadra 44, nº 28, Jardim Renascença I, São Luís, MA, CEP 65.075-230, mediante o Pregoeiro em exercício, designado pela Portaria DP nº 004, de 19 de janeiro de 2018, por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação - INTERNET, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, fará realizar-se licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo como objeto a **Contratação de empresa especializada nos serviços de locação de 07 (sete) veículos (com motorista e combustível), para o deslocamento da equipe do Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para realização do monitoramento das ações de alfabetização, no âmbito do Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU**, e conforme descrição detalhada no Anexo I, deste Edital.

1.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por empregado, integrante do quadro efetivo desta Fundação, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.: www.licitacoes-e.com.br.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a **Contratação de empresa especializada nos serviços de locação de 07 (sete) veículos (com motorista e combustível), para o deslocamento da equipe do Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para realização do monitoramento das ações de alfabetização, no âmbito do Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU**, cujas condições gerais para execução estão descritas no anexo I (Termo de Referência) deste edital de licitação.

2.2. A descrição detalhada está discriminada no Anexo I – Termo de Referência, deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

3. ORIGEM DE RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos do **Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU** - Elemento da Despesa: 33.90.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

4. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro em exercício, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço licitacao@fsadu.org.br informando o número da licitação.

4.2. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Pregão poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro em exercício na Fundação Sousa Andrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, sediado na Rua das Juçaras, Qd. 44 nº 28, Jardim Renascença I, São Luís, MA. CEP: 65075-230, ou pelos telefones (98) 4009.1015, fax (98) 4009.1003, nos dias úteis no horário das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30.

5. REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5.2. Os interessados deverão observar rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e abertura da proposta, como também para o horário de início da disputa.

5.3. Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou qualquer outro fato superveniente, que impeça a realização da licitação, será reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para a divulgação.

6. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

6.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá credenciar-se no Sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site www.licitacoes-e.com.br.

6.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País, para acesso ao Sistema Eletrônico (§ 1º, Art. 3º, do Decreto 3.697/2000).

6.1.2. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.1.3. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “Licitações-e”.

6.1.4. Sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.2. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Fundação Sousaândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” ou suas respectivas abreviações, “ME” ou “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso.

6.3.1. Caso o PROPONENTE já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema. Para tanto, deverá dirigir-se a qualquer agência do BANCO.

6.4. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser esclarecidas pelo telefone 3003.0500 (BB responde).

7. DA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar do certame licitatório os interessados que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, que atendam todas as exigências do Edital e seus anexos, estejam cadastrados ou não no SICAF (habilitação obrigatória) e estejam credenciados como licitantes junto ao Banco do Brasil S.A. (página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção “**acesso identificado**”).

7.2. Para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, no próprio sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450/05.

7.3. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site www.licitacoes-e.com.br, opção “**Acesso Identificado**”, observando a data e o horário limite estabelecido.

7.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

7.5.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

7.5.2. Que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

7.5.3. Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

- 7.5.4. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa, ou estejam cumprindo outras penalidades impostas por qualquer órgão da Administração Pública;
- 7.6 Em respeito à Lei Complementar n.º 123/2006, em especial o art. 43, onde é assegurado acesso ao crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão, as Microempresas e empresa de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição;
- 7.6.1 Caso haja alguma restrição em tal regularidade, será assegurado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o proponente for declarado vencedor do certame, que poderá ser prorrogável por mais uma única vez em igual período, a critério da Fundação Sousaândrade, para a regularização de tal situação, através de pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 7.6.2 A não regularização da situação dentro do prazo concedido ensejará na impossibilidade de contratação da proponente, caso vencedora, devido à decadência desse direito, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93;
- 7.6.3 Nas licitações, inclusive na modalidade Pregão que ora se utiliza, será assegurada, a critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;
- 7.6.4 Será considerado empate aquelas situações onde as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, por tratar-se da modalidade Pregão;
- 7.6.5 Para efeito do cumprimento da legislação pertinente, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, desde que seja feito em no máximo 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, prazo este decadencial e preclusivo, perdendo a mesma o direito a oferecer tal proposta;
- 7.6.6 Se não houver a contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte, na forma do item supramencionado, deverá ser convocado o proponente originalmente vencedor do certame;
- 7.6.7 Tudo o disposto no item 7.6 e subitens somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro em exercício, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 8.1.1. Coordenar o processo licitatório, conduzindo, inclusive, os trabalhos da equipe de apoio;
- 8.1.2. Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital apoiado pelo Setor responsável pela sua elaboração;
- 8.1.3. Conduzir a sessão pública na Internet;
- 8.1.4. Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- 8.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 8.1.7. Verificar e julgar as condições de habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- 8.1.8. Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando a Autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 8.1.9. Indicar o vencedor do certame;
- 8.1.10. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 8.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior e propor a homologação;
- 8.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- 8.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

9. DA PROPOSTA DE PREÇO

- 9.1. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.
- 9.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 9.3. As propostas comerciais serão recebidas exclusivamente por meio da Internet, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, "Acesso Identificado", por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante, observando datas,

prazos, horários e demais condições estabelecidas pelo instrumento convocatório, e o preenchimento no campo específico do sistema, contendo a especificação do serviço a ser executado, conforme objeto, bem assim no campo próprio, o valor expresso em reais (R\$) referente ao PREÇO OFERTADO.

9.4 O encaminhamento da proposta por meio eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação deste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.5 Para simples acompanhamento da licitação, o interessado poderá acessar na internet o endereço www.licitacoes-e.com.br, onde se encontra o link para o Sistema de Pregão Eletrônico.

9.3.3. É vedada ao licitante, sob pena de desclassificação, a identificação da proposta de preços no sistema eletrônico;

9.4. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances inseridos.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.6. Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

9.6.1. Os serviços ofertados deverão atender a todas as especificações constantes do Anexo I, deste edital;

9.6.2. O prazo de validade da proposta não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sessão de abertura desta licitação;

9.6.3. Por ocasião da execução dos serviços, caso seja detectado alguma falha que não atenda às especificações do objeto licitado, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a imediata correção no prazo de 05 (cinco) dias.

9.7. A empresa licitante deverá entregar a proposta de preço, ajustada ao preço do lance vencedor (MENOR PREÇO GLOBAL), em envelope de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, na forma do Termo de Referência - ANEXO I deste Edital, apresentadas em papel timbrado da própria empresa, datilografada ou impressa, assinada na última folha pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, fazendo constar obrigatoriamente os itens abaixo:

a) Carimbo ou impresso identificador do CNPJ da firma proponente;

b) Endereço completo, telefone/fax e pessoa de contato;

c) Descrição do objeto com suas especificações, incluindo todas as especificações descritas no Termo de Referência - ANEXO I deste Edital, permitindo a perfeita identificação pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio;

d) Data de formulação da oferta;

e) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente a data da abertura desta licitação. Na ausência deste, subentende-se a aceitação do prazo mencionado.

9.7.1. As propostas deverão atender, rigorosamente, em qualidade ao especificado no Termo de Referência - ANEXO I deste Edital;

9.7.2. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso. Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

9.8. O preço proposto englobará todas as despesas relativas ao objeto licitado, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto da licitação.

9.9. Indicação do representante legal (Nome, RG, CPF) com poderes específicos para receber a Ordem de Serviço e/ou assinar o contrato.

9.10. Número da conta corrente bancária e agência de origem da licitante.

9.11. A proposta de preços ajustada ao lance final (MENOR PREÇO GLOBAL) contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser encaminhada ao Pregoeiro, por fax nº (98) 4009.1003 ou 4009-1015, ou ao e-mail licitacao@fsadu.org.br, **no prazo máximo de 04 (quatro) horas, bem como os documentos exigidos no anexo II, contadas do encerramento da referida disputa.**

9.12. A proposta de preços também deverá ser apresentada ao Pregoeiro, em documento original ou em cópia autenticada em cartório, na Comissão de Licitação da Fundação Sousaândrade, Rua das Juçaras, Qd. 44, nº 28, Bairro Jardim Renascença I, São Luís - MA, CEP: 65075-230, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da sessão de encerramento do certame, a não remessa desses documentos acarretar a INABILITAÇÃO do mesmo.**

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública (art. 18 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005), na Comissão de Licitação da Fundação Sousaândrade, ou na forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@fsadu.org.br, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.2. As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro, por escrito, firmadas por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer pessoa que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade.

10.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique modificação no Edital, será esta modificação divulgada pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. ABERTURA DAS PROPOSTAS

11.1. O início da sessão pública do Pregão Eletrônico se dará pelo Pregoeiro, via sistema eletrônico, na data e horários previstos neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, pelo site já indicado no item 7.3, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas, que deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhado no presente Edital e seus Anexos.

11.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

12. DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

12.1. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão pública de lances. A proposta inicial deverá ser expressa em **reais (R\$)**, que representa o menor preço.

12.1.1. Os lances serão ofertados pelo menor preço (MENOR PREÇO GLOBAL) das propostas, por LOTE.

12.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

12.1.3. Os licitantes poderão oferecer lance inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.1.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

12.2. Durante o transcurso da sessão pública do pregão eletrônico, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

12.3. O pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo determinado pelo Pregoeiro, encerrada a recepção de lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.4. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

12.5. Neste caso, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro, antes de anunciar o vencedor, poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

12.6. O sistema informará a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, imediatamente após negociação e decisão do pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

12.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

12.8. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes por parte do Pregoeiro, através do próprio sistema.

13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "menor preço global", podendo encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

13.2. Será considerada mais vantajosa para a Fundação Sousaândrade e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Edital, apresente o MENOR PREÇO GLOBAL (por lote).

13.3 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.4 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

13.4.1 A identificação do PROPONENTE como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP deverá ser feita na forma do item 6.4 deste edital.

13.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.

13.6 Para efeito do disposto no item 13.5 deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;
- b) Não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 13.4 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 13.5 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

13.7 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 13.5 deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

13.8 O disposto nos itens 13.5 e 13.6 somente se aplicarão quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.9 O Pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

13.10. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá apresentar proposta de preços na forma do item 9 - DA PROPOSTA COMERCIAL e comprovar às demais exigências para habilitação contidas nos Anexos II, III, IV e V deste Edital, no prazo máximo de **04 (quatro) horas**, podendo esta comprovação, se dar mediante encaminhamento imediato da documentação, através do Fax (0XX98) 4009.1003 ou e-mail licitacao@fsadu.org.br, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, na forma dos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, para CPL/FSADU, localizada na sede da Fundação Sousaândrade, situada na Rua das Juçaras, Qd. 44, Nº 28, Bairro Jardim Renascença I, São Luís – MA – CEP: 65075-230.

13.11. Se a proposta ou lance de menor valor (menor preço global) do lote, não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

13.11.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor para esta Fundação.

13.12. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor do certame.

14. DO RECURSO

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do Sistema, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento da etapa competitiva, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.2. Os recursos e contra razões de recurso serão dirigidos ao Pregoeiro, **sendo devidamente protocolados** junto à Fundação Sousaândrade, localizada na Rua das Juçaras, Qd. 44, Nº 28, Bairro Jardim Renascença I, São Luís – MA – CEP: 65075-230, em 03 (três) dias úteis, no horário de 8:30 às 11:30 e de 13:30 às 16:30 horas, ou através do endereço eletrônico licitacao@fsadu.org.br.

14.3. A ausência de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 14.1, importará a Decadência desse direito, com a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à Presidência da Fundação Sousaândrade para homologação.

14.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

14.6. Nenhum prazo de recurso ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

14.7. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na Fundação Sousaândrade.

14.8. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar à Presidência da Fundação, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

14.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Pregoeiro adjudicará o licitante vencedor e encaminhará à Presidência da Fundação para homologação do procedimento licitatório.

14.10. A adjudicação será feita por lote.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recurso, a Pregoeiro adjudicará o licitante vencedor.

15.2. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 21. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observadas a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

15.3. Caso o licitante subsequente apresente situação regular, o Pregoeiro o adjudicará como vencedor, que posteriormente será submetido à homologação da Presidência da FSADU para determinar a contratação.

15.4. Homologada a licitação pela a Presidência da FSADU o adjudicatário será convocado para receber a Ordem de Serviço.

16. DA CONTRATAÇÃO:

16.1 Homologado o julgamento, o licitante vencedor será convocado para assinar o Termo de Contrato, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Fundação, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme estatui o parágrafo primeiro do art. 64 da Lei nº 8.666/93, sob pena de sujeitar-se às sanções legais previstas neste edital;

16.2 O Termo de Contrato acima mencionado, do qual faz parte a respectiva minuta, será elaborado pela Fundação e vigorará a data de sua assinatura até a execução total dos serviços ou final da vigência do Projeto, condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial da União;

16.3 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

16.3.1. Caso o licitante tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Fundação Sousaândrade;

16.4 Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17. DAS OBRIGAÇÕES:

17.1 Caberá à CONTRATANTE:

17.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante da Administração, designado pela UFMA/FSADU, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do serviço, além de anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, devendo, também, atestar os documentos de despesa, quando comprovada a fiel e correta execução do serviço, nos termos do Art. 67, da Lei 8.666/93 e a quem compete, também, proceder às advertências, multas e demais cominações;

17.1.2 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, de acordo com o Item 18 do Edital;

17.1.3 Solicitar a substituição de empregados da firma que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o serviço;

17.1.4 Notificar à contratada, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execuções dos serviços, fixando prazo para sua correção;

17.1.5 Proceder, quando necessário, vistoria nos veículos, por intermédio de prepostos por ela designados, reservando-se o direito de vetar a utilização daqueles veículos que não estejam dentro dos padrões previstos para o perfeito funcionamento às necessidades definidas pela Contratante.

17.2. Caberá à **CONTRATADA**:

17.2.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes das Especificações Técnicas;

17.2.2 Manter linhas telefônicas suficientes e disponíveis para o atendimento das solicitações do setor de administração da Contratante, evitando, assim, a perda de chamadas por estarem ocupadas;

17.2.3 Manter em perfeito funcionamento o sistema de comunicação entre a sua administração/garagem e o veículo em uso na execução das atividades;

17.2.4 Disponibilizar os veículos nas quantidades necessárias para o cumprimento do presente Anexo e Edital, no local indicado pela Contratante;

17.2.5 Disponibilizar os serviços nos dias e horários acordados com a Coordenação do Projeto - UFMA/FSADU, após assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços;

17.2.6 Apresentar ao usuário responsável pela viagem, cópia dos documentos dos veículos, da habilitação do(s) motorista(s) que prestará o serviço, bem como apólice de seguro total, sem franquia, de cada veículo;

17.2.7 Responsabilizar-se por todas as despesas com a utilização dos veículos, as relativas ao combustível, serviços de manutenção em geral, inclusive reposição de peças, acidentes, licenciamentos, seguro de acidentes pessoais, seguro total sem franquia e outras que incidam direta e indiretamente sobre o serviço contratado;

17.2.8 Assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, impostos, taxas, etc.);

17.2.9 Responsabilizar-se pelas despesas com a utilização de mão de obra contratada para a condução dos veículos, encargos sociais e trabalhistas, inclusive pelas despesas médicas de seus empregados e/ou contratados e terceiros envolvidos, relativos a acidentes que venham a ocorrer durante a prestação de serviços;

17.2.10 Recrutar em seu nome e sob a inteira responsabilidade os motoristas necessários à perfeita execução dos serviços, pagando-lhes salários compatíveis, de valor igual ou superior ao piso salarial estabelecido para categoria, bem como os benefícios de praxe;

17.2.11 Empregar na execução do serviço pessoal devidamente qualificado, que devem ser identificados com crachá (fotografia recente), constando nº do RG e CPF, uniformizados (com o padrão da empresa);

17.2.12 Fornecer e exigir o seu uso adequado de uniformes aos seus empregados quando da execução do serviço, realizando fiscalização contínua ao seu perfeito uso;

17.2.13 Atender de imediato às solicitações quanto às substituições de pessoal contratado que venha ser considerado inadequado à prestação do serviço;

17.2.14 Responsabilizar-se pelos seus empregados, cabendo-lhe efetuar os pagamentos de salários, inclusive benefícios (vale-transporte, alimentação, etc.); arcar com as demais contribuições e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, com uniformes, indenizações ou substituições, seguros, assistência médica e quaisquer outros quesitos, em decorrência de sua condição de empregadora;

17.2.15 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

17.2.16 Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidente, efetuando os registros necessários e informar imediatamente à Contratante;

17.2.17 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço;

17.2.18 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;

17.2.19 Responder por danos e desaparecimentos de bens patrimoniais e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos à contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93;

17.2.20 Manter durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública e apresentar, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;

17.2.21 Substituir imediatamente o veículo de sua propriedade que vier a se acidentar, apresentar defeito mecânico ou ultrapassar 03 (três) anos de uso;

17.2.22 Aguardar o usuário, quando demandado pelo serviço da Contratante, sem quaisquer ônus adicionais.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário em sua conta corrente, em até 10 (dez) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pelo licitante vencedor.

18.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS – CRF, através dos respectivos originais ou de cópia autenticada em cartório quando estas estiverem vencidas, além das demais certidões de regularidade fiscal.

18.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18.4. O pagamento será efetuado, obedecida à ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

18.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

18.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome da Fundação Sousaândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA e deverá constar no corpo da mesma, em todas as suas vias, o nome do projeto, para sua identificação, conforme dos dados indicados na Ordem de Fornecimento, segue exemplo: **Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para realização do monitoramento das ações de alfabetização, no âmbito do Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU.**

19. DO REAJUSTAMENTO

19.1. O preço contratado será fixo e irrevogável até a conclusão do objeto da presente licitação.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Aos proponentes que, convocados dentro do prazo de validade de sua proposta, que recusarem em receber a Ordem de Fornecimento, deixarem de entregar documentação exigida no edital, apresentarem documentação falsa, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem a execução da presente aquisição, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo das determinadas pelo Código Penal Brasileiro:

20.1.1. Advertência;

20.1.2. Multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor global do objeto licitado, pela recusa injustificada do adjudicatário em receber a Ordem de Fornecimento;

20.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto licitado, pela recusa em cumprir às obrigações especificadas no item 17 desse instrumento;

20.1.4. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a FSADU, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, conforme artigo 14, do Decreto 3.555/2000;

20.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a FSADU, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação junto a FSADU.

20.2. A aplicação das penalidades ocorrerá, após, defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

20.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação dos serviços, advirem de caso fortuito ou motivo de força maior.

20.4. Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a licitante vencedora fizer jus. Em caso de insuficiência ou inexistência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou mediante execução judicial.

20.5. A inexecução total ou parcial dos serviços ensejará as consequências previstas em lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78, da Lei nº 8.666/93.

20.6. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93;

20.7. A aplicação das penalidades de que trata esta Cláusula não exime a Contratada de corrigir as irregularidades a que tiver dado causa.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Diretoria da Fundação Sousaândrade, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

21.2. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Fundação Sousaândrade não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.3. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Pregão.

21.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Iniciam-se e vencem os prazos em dias de expedientes na Fundação Sousaândrade.

21.7. É facultado ao Pregoeiro, ou à Superintendência da FSADU, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação / inabilitação.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Fundação Sousaândrade, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, em especial através do sistema de mensagens do sítio "licitacoes-e" do Banco do Brasil, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União.

21.12. A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

21.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeiro em contrário.

21.14. No interesse da Fundação Sousaândrade, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

21.14.1. Adiada sua abertura;

21.14.2. Alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação;

21.15. O edital encontra-se disponível no site www.licitacoes-e.com.br, www.fsadu.org.br ou na Fundação Sousaândrade, localizada na Rua das Juçaras, Qd. 44, Nº 28, Bairro Jardim Renascença I, São Luís, MA, telefone - (98) 4009.1000, 4009.1014, 4009.1015, em dias úteis, no horário de 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 horas.

22.16. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes das Legislações citadas neste edital.

22.17. Os modelos apresentados neste Edital são meras sugestões, não implicando em inabilitação ou em desclassificação do licitante a apresentação de documentos com redação diferente destes.

22.18. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

21.19. São partes integrantes deste edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Exigências para Habilitação;
- c) Anexo III – Minuta da Proposta de Preços;
- d) Anexo IV – Minuta da Procuração;
- e) Anexo V – Minuta de Declaração de Fatos Diversos;
- f) Anexo VI - Minuta de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- g) Anexo VII – Minuta do Contrato.

São Luís (MA), 28 de junho de 2019.

Diego Guilhon Rosa de Oliveira Lima
Gerente Operacional

PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0322.833136.0001

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Interessado: Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para realização do monitoramento das ações de alfabetização, no âmbito do Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU.

1 - OBJETIVO

1.1. O projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC necessita **contratar empresa especializada nos serviços de locação de veículo**, para deslocar a equipe do Projeto que realizará o monitoramento das ações de alfabetização, no âmbito do Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU.

2 - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. LOTE ÚNICO – LOCAÇÃO DE VEÍCULO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PERÍODO
1	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO 4x4 cabine dupla, motor diesel 3.0 completo, câmbio manual, 4 portas laterais, capacidade para cinco passageiros, ar condicionado, direção hidráulica, seguro total (com pagamento de franquia), manutenção preventiva, corretiva, em perfeito estado de conservação e em condições de uso, com toda a documentação regularizada, com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelas normas do CONTRAN e com capota marítima e trava na tampa traseira, COM MOTORISTA E COM COMBUSTIVEL para 400 km - São Luís x Icatu x povoados de Icatu x São Luís.	UNIDADE	7	7 DIÁRIAS: 12 a 14/09/2019 17 a 19/10/2019 07 a 09/11/2019 05 e 06/12/2019

3 – DOS VEÍCULOS

- 3.1. Os veículos deverão possuir todos os equipamentos de segurança exigidos por lei;
- 3.2. Somente serão aceitos veículos com no máximo 03 (três) anos de fabricação;
- 3.3. Os veículos deverão possuir pneu sobressalente em perfeitas condições de uso, macaco adequado ao tipo de veículo e chave de roda;
- 3.4. A documentação do veículo deverá estar permanentemente em perfeita ordem e em plena validade;
- 3.5. O veículo utilizado na execução dos serviços deverá estar sempre em condições de segurança, conforto e higiene compatíveis com os serviços a prestar;
- 3.6. Todos os motoristas dos veículos deverão ser dotados de aparelho celular para facilitar a comunicação entre o seu condutor, a empresa e a FSADU/UFMA;

4- LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 4.1. Os veículos realizarão o transporte da equipe do projeto, em viagens, nos trechos previstos: **São Luís x Icatu x povoados de Icatu x São Luís**. Podendo sofrer alteração com antecedência.
- 4.2. Os serviços serão atestados pelos responsáveis do Projeto em consonância com o funcionário da FSADU, os quais, após exame da compatibilidade das especificações constantes neste Termo de Referência, expedirão Termo de Recebimento, que será juntado ao processo de pagamento.

5 - PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. Os veículos serão locados **conforme programação abaixo prevista**, após o recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela FSADU e de acordo com os horários acordados com a Coordenação do Projeto.

- **1ª Viagem – Período de 12 a 14/09/19:** Saída no dia 12/09/19 de São Luís às 16h para Icatu, seguindo para os povoados nos dias 13 e 14/09/19 às 7h da manhã e retornando às 18h do dia 13/09/19, e no dia 14/09/19 retorna do povoado direto para São Luís às 18h.

- **2ª Viagem – Período de 17 a 19/10/19:** Saída no dia 17/10/19 de São Luís às 16h para Icatu, seguindo para os povoados nos dias 18 e 19/10/19 às 7h da manhã e retornando às 18h do dia 18/10/19, e no dia 19/10/19 retorna do povoado direto para São Luís às 18h.
- **3ª Viagem – Período de 07 a 09/11/19:** Saída no dia 07/11/19 de São Luís às 16h para Icatu, seguindo para os povoados nos dias 08 e 09/11/19 às 7h da manhã e retornando às 18h do dia 08/11/19, e no dia 09/11/19 retorna do povoado direto para São Luís às 18h.
- **4ª Viagem – Período de 05 e 06/12/19:** Saída no dia 05/12/19 de São Luís às 14h para Icatu, seguindo para os povoados nos dias 06/12/19 às 7h da manhã e retornando às 18h direto para São Luís.

5.1.1. As datas poderão sofrer alterações.

5.2. O recebimento e aprovação dos serviços serão efetuados pelo responsável do Projeto, o qual poderá, junto ao fornecedor, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas durante a execução dos serviços, ou até mesmo solicitar a substituição por outro novo equipamento imediatamente.

6 - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: deverá ser de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

7 - PROPOSTA

7.1. A proposta deverá estar obrigatoriamente acompanhada da especificação completa dos serviços a serem executados, de forma clara e inequívoca.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes das Especificações Técnicas;
- 8.2. Manter linhas telefônicas suficientes e disponíveis para o atendimento das solicitações do setor de administração da Contratante, evitando, assim, a perda de chamadas por estarem ocupadas;
- 8.3. Manter em perfeito funcionamento o sistema de comunicação entre a sua administração/garagem e o veículo em uso na execução das atividades;
- 8.4. Disponibilizar os veículos nas quantidades necessárias para o cumprimento do presente Anexo e Edital, no local indicado pela Contratante;
- 8.5. Disponibilizar os serviços nos dias e horários acordados com a Coordenação do Projeto - UFMA/FSADU, após assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços;
- 8.6. Apresentar ao usuário responsável pela viagem, cópia dos documentos dos veículos, da habilitação do(s) motorista(s) que prestará o serviço, bem como apólice de seguro total, sem franquia, de cada veículo;
- 8.7. Responsabilizar-se por todas as despesas com a utilização dos veículos, as relativas ao combustível, serviços de manutenção em geral, inclusive reposição de peças, acidentes, licenciamentos, seguro de acidentes pessoais, seguro total sem franquia e outras que incidam direta e indiretamente sobre o serviço contratado;
- 8.8. Assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, impostos, taxas, etc.);
- 8.9. Responsabilizar-se pelas despesas com a utilização de mão de obra contratada para a condução dos veículos, encargos sociais e trabalhistas, inclusive pelas despesas médicas de seus empregados e/ou contratados e terceiros envolvidos, relativos a acidentes que venham a ocorrer durante a prestação de serviços;
- 8.10. Recrutar em seu nome e sob a inteira responsabilidade os motoristas necessários à perfeita execução dos serviços, pagando-lhes salários compatíveis, de valor igual ou superior ao piso salarial estabelecido para categoria, bem como os benefícios de praxe;
- 8.11. Empregar na execução do serviço pessoal devidamente qualificado, que devem ser identificados com crachá (fotografia recente), constando nº do RG e CPF, uniformizados (com o padrão da empresa)
- 8.12. Fornecer e exigir o seu uso adequado de uniformes aos seus empregados quando da execução do serviço, realizando fiscalização contínua ao seu perfeito uso;
- 8.13. Atender de imediato às solicitações quanto às substituições de pessoal contratado que venha ser considerado inadequado à prestação do serviço;
- 8.14. Responsabilizar-se pelos seus empregados, cabendo-lhe efetuar os pagamentos de salários, inclusive benefícios (vale-transporte, alimentação, etc.); arcar com as demais contribuições e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, com uniformes, indenizações ou substituições, seguros, assistência médica e quaisquer outros quesitos, em decorrência de sua condição de empregadora;
- 8.15. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;
- 8.16. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidente, efetuando os registros necessários e informar imediatamente à Contratante;
- 8.17. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço;

- 8.18. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
- 8.19. Responder por danos e desaparecimentos de bens patrimoniais e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos à contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93;
- 8.20. Manter durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública e apresentar, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;
- 8.21. Substituir imediatamente o veículo de sua propriedade que vier a se acidentar, apresentar defeito mecânico ou ultrapassar 03 (três) anos de uso;
- 8.22. Aguardar o usuário, quando demandado pelo serviço da Contratante, sem quaisquer ônus adicionais.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA FSADU:

- 9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante da Administração, designado pela UFMA/FSADU, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do serviço, além de anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, devendo, também, atestar os documentos de despesa, quando comprovada a fiel e correta execução do serviço, nos termos do Art. 67, da Lei 8.666/93 e a quem compete, também, proceder às advertências, multas e demais cominações;
- 9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, de acordo com o Item 15 do Edital;
- 9.3. Solicitar a substituição de empregados da firma que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o serviço;
- 9.4. Notificar à contratada, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execuções dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- 9.5. Proceder, quando necessário, vistoria nos veículos, por intermédio de prepostos por ela designados, reservando-se o direito de vetar a utilização daqueles veículos que não estejam dentro dos padrões previstos para o perfeito funcionamento às necessidades definidas pela Contratante.

10 - DO PAGAMENTO:

- 10.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após a execução dos serviços, depois de certificado o recebimento definitivo com a verificação da qualidade e quantidade e conseqüente aceitação, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Coordenador do Projeto.

11 – DA ORIGEM DOS RECURSOS:

- 11.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos do **Contrato nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU**, Elemento da Despesa: 33.90.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
- 11.2. Os valores máximos a serem pagos pela Administração para a locação dos veículos, totalizam em **R\$ 135.324,00 (cento e trinta e cinco mil e trezentos e vinte e quatro reais)**.

12- RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

- 12.1 - O presente "Termo de Referência" foi elaborado pela Coordenadora do Projeto, Profª Conceição de Maria Moura Nascimento Ramos estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração.

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

Processo nº 0322.833136.0001

1. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

- 1.1. Para habilitar-se no certame, os interessados deverão:
- 1.2. Estar cadastrada no sistema Licitações-e;
- 1.3. A empresa que desejar participar do Pregão deverá apresentar se adjudicada, os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

1.3.1 Para Habilitação Jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no Órgão competente, acompanhado de documento comprobatório da eleição dos atuais administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de designação da diretoria em exercício.

1.3.2. Para Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, **se houver**, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** do domicílio ou sede da licitante, através da **Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**.
- d) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, emitida até 120 (cento e vinte) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a **Certidão Negativa de Débitos Fiscais**.
- e) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, emitida até 90 (noventa) dias da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a **Certidão Negativa de Débitos Municipais** relativos à atividade econômica (ISS e TLF).
- f) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, através de apresentação do **CRF Certificado de Regularidade do FGTS**.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme alteração da Lei 12.440/2011.
- h) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- i) A não regularização da documentação, no prazo previsto na letra *i*, supra, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

1.3.3. A aceitação dos documentos obtidos via "Internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, quando da sua emissão, pelo Pregoeiro.

1.3.4. Para Qualificação Econômico-Financeira:

- a) **Balço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedados a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que estejam registrados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 01 (um), indicados pela licitante, aplicando a seguinte fórmula:

ILC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

- a.1) As empresas constituídas após o encerramento do último exercício social, em substituição ao Balanço Patrimonial deverão apresentar o Balanço de Abertura;
 - a.2) Os Balanços Patrimoniais das Sociedades por Ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, registrados na Junta Comercial. As demais licitantes deverão apresentar Balanços Patrimoniais assinados pelo representante legal da empresa e por contabilista legalmente habilitado, acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, em que se ache transcritos, devidamente registrados na Junta Comercial, ou Entidade em que o Balanço foi arquivado;
 - a.3) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial;
 - a.4) As empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, poderão apresentar, em substituição ao Balanço Patrimonial, o Ato Constitutivo ou o Contrato Social da Empresa atualizado e registrado na forma da lei que comprove Capital Social Integralizado de no mínimo 10% do valor estimado da contratação, desde que a comprovação do seu ingresso no Simples Nacional conste dos Documentos de Habilitação;
 - a.5) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Presumido, que no decorrer do ano-calendário mantiver Livro Caixa nos termos da Lei nº 8.981, de 20.01.1995, deverá apresentar, juntamente com o Balanço Patrimonial, cópias dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Caixa.
- b) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a **60 (sessenta) dias** de antecedência da data de apresentação da proposta de preço, **quando não vier expresso o prazo de validade.**

Obs: caso estes documentos encontrem-se vencidos, a empresa deverá apresentá-los acompanhada de Declaração, responsabilizando-se, sob as penas da Lei, de que não se encontra em situação de irregularidade fiscal. A Declaração deverá conter ainda esclarecimento sobre o motivo pela qual não obteve a Certidão (p.ex.: paralisação dos servidores). Em qualquer caso, no entanto, devem ser atendidas as normas específicas eventualmente emanadas pelo órgão competente pela emissão da certidão, atendendo-se, portanto, especificações quanto ao procedimento a ser utilizado no período em que justificadamente as certidões não puderem ser emitidas.

1.3.5 Observações Aplicáveis às Micro e Pequenas Empresas, na forma da Lei Complementar Nº 123, de 14.12.2006:

- 1.3.5.1 havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o PROPONENTE (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da FSADU, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 1.3.5.2 a não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, sendo facultado a FSADU convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para recebimento da Ordem de Serviço, ou revogar a licitação;
- 1.3.5.3 a regularidade fiscal é condição indispensável para o Recebimento da Ordem de Serviço.

1.3.6 Outras Comprovações:

1.3.6.1 Outras Comprovações:

- a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o Licitante executou serviços compatíveis com a proposta apresentada e que os serviços foram satisfatório. Caso o documento apresentado seja expedido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá conter o nome, o endereço e telefone da entidade atestadora. **Esses documentos deverão ser emitidos, em papel timbrado, pelos órgãos públicos ou empresas privadas que foram atendidas.**
 - b) Declaração de fatos diversos, da empresa/licitante, na forma indicada no Anexo V deste Edital, **em original**;
- 1.5 No caso de Microempresas-ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, declaração de enquadramento nessas situações, conforme minuta constante do Anexo VI;

1.6. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão ser apresentados em nome da licitante, com número do CNPJ e com o endereço respectivo.

- 1.6.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;
- 1.6.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.
- 1.7. Os documentos exigidos neste Anexo deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, imediatamente pelo PROPONENTE, no prazo máximo de **04 (quatro) horas**, após o encerramento da sessão pública, juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL, via fax (98) 4009.1003 ou e-mail: licitacao@fsadu.org.br para agilização dos trabalhos, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, para a FSADU – Comissão de Licitação, situada na Rua das Juçaras, Quadra 44, nº 28 – Jardim Renascença I, São Luís - MA, CEP: 65075-230.
- 1.8. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 1.9. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 1.10. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial.
- 1.11. A não remessa desses documentos acarretará INABILITAÇÃO do mesmo.**

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

Processo nº 0322.833136.0001

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:		TELEFONE:
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:

OBJETO: Contratação de empresa especializada nos serviços de locação de 07 (sete) veículos (com motorista e combustível), para o deslocamento da equipe do Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para realização do monitoramento das ações de alfabetização, no âmbito do Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU.

LOTE ÚNICO: MATERIAL DE CONSUMO

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	R\$ UNITARIO	R\$ TOTAL
VALOR TOTAL R\$					

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (*algarismo e por extenso*), tendo como referência o mês de julho de 2019.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- Os serviços serão iniciados após a assinatura do Contrato, mediante o recebimento da Ordem de Fornecimento, emitidas pela FSADU, de acordo com as necessidades do Projeto.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

DECLARAÇÃO EXPRESSA:

Declaro que no preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão-de-obra especializada ou não, segurança em geral, equipamentos, ferramentas, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa dos serviços, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CONTRATANTE, nem qualquer outro pagamento adicional.

LOCAL:	DATA:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:	
Nome e Assinatura do Representante Legal	

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

Processo nº 0322.833136.0001

MINUTA DA PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social, etc).

OUTORGADO: (nome e qualificação do representante)

OBJETO: representar a outorgante perante a Fundação Sousaândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA.

PODERES: apresentar PROPOSTA e DOCUMENTOS após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, assinar Contratos/ Autorização de Fornecimentos, assim como assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA

OBS.: Obrigatório o reconhecimento da assinatura em cartório.

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

Processo nº 0322.833136.0001

DECLARAÇÃO DE FATOS DIVERSOS

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada (o).....(ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio do seu(a) representante legal, Senhor(a) _____, RG n.º _____, declara, sob as penalidades da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 008/2019, que:

- Em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854 de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, não mantém, em nosso quadro de pessoal, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, quando for o caso;
- Tomou conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos materiais a serem fornecidos e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste Edital;
- Inexistem fatos impeditivos da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar a eventual ocorrência de fato que inabilite a empresa a participar da licitação supra referenciada;
- Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal e do Distrito Federal;
- Não existe pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial, nem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, Direta ou Indireta, que impeça lhe sejam transferidos recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, de Estado ou de Município.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de
Identidade do Declarante)

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

Processo nº 0322.833136.0001

(MINUTA DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA)

Para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico FSADU 008/2019, a(o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE)....., CNPJ, sediada (o).....(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas das leis que é (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 ou Cooperativa, na forma da Lei n.º 11.488, de 15.06.2007.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE.

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO FSADU n.º XX/2019

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, instituição fundacional de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.060.718/0001-12, Inscrição Estadual n.º 12.096.429-5, sediada na Rua das Juçaras, Qd. 44, Nº 28, Jardim Renascença I, nesta cidade, representada pelo seu Gerente Operacional, Sr. Diego Guilhon Rosa de Oliveira Lima, brasileiro, solteiro, administrador, portador da CTPS 2525, série 0023 MA, RG 116349599-6 SSP-MA e CPF n.º 013.591.453-11, residente e domiciliado na Rua Porto Rico, nº 14 - B Quadra 13 LOT Parque Aracagy - Residencial Novo Paraíso - Paco do Lumiar - CEP 65130-000.

CONTRATADA: XXXXX, CNPJ n.º XXXXX, com sede na XXXXX, nesta cidade, e-mail: XXXX, telefone: XXXX, representada, neste ato, por seu sócio, Sr. XXXXX, RG n.º XXXXXX, CPF n.º XXXXXX, residente na Rua XXXXX, nesta.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente a contratação de empresa especializada nos serviços de locação de 07 (sete) veículos (com motorista e combustível), para o deslocamento da equipe do Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para realização do monitoramento das ações de alfabetização, no âmbito do Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU.

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada nos serviços de locação de veículo (com motorista e combustível), para o deslocamento da equipe do Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para realização do monitoramento das ações de alfabetização, no âmbito do Contrato Nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU, conforme especificações contidas no ANEXO I (Termo de Referência), que passa a integrar o presente, independente de transcrição, oriundos do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019.

Cláusula Segunda – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, estendendo-se o seu prazo de vigência até a execução total dos serviços ou vigência do Projeto, observado os prazos estabelecidos neste Contrato.

Cláusula Terceira – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ _____ (_____), em etapas de acordo com a realização dos serviços, em até 10 (dez) dias úteis, após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Coordenação do Projeto ou responsável, realizado por depósito, através do Banco do Brasil S/A, na conta corrente indicada pela contratada.

Parágrafo Único - Tais valores englobam todo e qualquer tributo, taxas, emolumento, transporte e garantia dos produtos, custos estes abarcados pela CONTRATADA.

3.2. Os recursos para fazer face às despesas decorrentes correrão à conta dos recursos do Contrato nº 007.016.018/2015 UFMA/FSADU, Elemento da Despesa: 33.90.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Cláusula Quarta – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

4.1 Caberá à CONTRATANTE:

4.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante da Administração, designado pela UFMA/FSADU, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do serviço, além de anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, devendo, também, atestar os documentos de despesa, quando comprovada a fiel e correta execução do serviço, nos termos do Art. 67, da Lei 8.666/93 e a quem compete, também, proceder às advertências, multas e demais cominações;

4.1.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, de acordo com o Item 18 do Edital;

4.1.3 Solicitar a substituição de empregados da firma que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o serviço;

4.1.4 Notificar à contratada, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execuções dos serviços, fixando prazo para sua correção;

4.1.5 Proceder, quando necessário, vistoria nos veículos, por intermédio de prepostos por ela designados, reservando-se o direito de vetar a utilização daqueles veículos que não estejam dentro dos padrões previstos para o perfeito funcionamento às necessidades definidas pela Contratante.

4.2 Compete à CONTRATADA:

4.2.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes das Especificações Técnicas;

4.2.2 Manter linhas telefônicas suficientes e disponíveis para o atendimento das solicitações do setor de administração da Contratante, evitando, assim, a perda de chamadas por estarem ocupadas;

4.2.3 Manter em perfeito funcionamento o sistema de comunicação entre a sua administração/garagem e o veículo em uso na execução das atividades;

4.2.4 Disponibilizar os veículos nas quantidades necessárias para o cumprimento do presente Anexo e Edital, no local indicado pela Contratante;

4.2.5 Disponibilizar os serviços nos dias e horários acordados com a Coordenação do Projeto - UFMA/FSADU, após assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços;

4.2.6 Apresentar ao usuário responsável pela viagem, cópia dos documentos dos veículos, da habilitação do(s) motorista(s) que prestará o serviço, bem como apólice de seguro total, sem franquia, de cada veículo;

4.2.7 Responsabilizar-se por todas as despesas com a utilização dos veículos, as relativas ao combustível, serviços de manutenção em geral, inclusive reposição de peças, acidentes, licenciamentos, seguro de acidentes pessoais, seguro total sem franquia e outras que incidam direta e indiretamente sobre o serviço contratado;

4.2.8 Assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, impostos, taxas, etc.);

4.2.9 Responsabilizar-se pelas despesas com a utilização de mão de obra contratada para a condução dos veículos, encargos sociais e trabalhistas, inclusive pelas despesas médicas de seus empregados e/ou contratados e terceiros envolvidos, relativos a acidentes que venham a ocorrer durante a prestação de serviços;

4.2.10 Recrutar em seu nome e sob a inteira responsabilidade os motoristas necessários à perfeita execução dos serviços, pagando-lhes salários compatíveis, de valor igual ou superior ao piso salarial estabelecido para categoria, bem como os benefícios de praxe;

4.2.11 Empregar na execução do serviço pessoal devidamente qualificado, que devem ser identificados com crachá (fotografia recente), constando nº do RG e CPF, uniformizados (com o padrão da empresa)

4.2.12 Fornecer e exigir o seu uso adequado de uniformes aos seus empregados quando da execução do serviço, realizando fiscalização contínua ao seu perfeito uso;

4.2.13 Atender de imediato às solicitações quanto às substituições de pessoal contratado que venha ser considerado inadequado à prestação do serviço;

4.2.14 Responsabilizar-se pelos seus empregados, cabendo-lhe efetuar os pagamentos de salários, inclusive benefícios (vale-transporte, alimentação, etc.); arcar com as demais contribuições e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais,

com uniformes, indenizações ou substituições, seguros, assistência médica e quaisquer outros quesitos, em decorrência de sua condição de empregadora;

4.2.15 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

4.2.16 Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidente, efetuando os registros necessários e informar imediatamente à Contratante;

4.2.17 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço;

4.2.18 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;

4.2.19 Responder por danos e desaparecimentos de bens patrimoniais e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos à contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93;

4.2.20 Manter durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública e apresentar, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;

4.2.21 Substituir imediatamente o veículo de sua propriedade que vier a se acidentar, apresentar defeito mecânico ou ultrapassar 03 (três) anos de uso;

4.2.22 Aguardar o usuário, quando demandado pelo serviço da Contratante, sem quaisquer ônus adicionais.

4.2.23 A Adjudicada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Autorização de Fornecimento, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

§ 1º A CONTRATADA, através de seu(s) representante(s) legal(is), que este subscreve(m), declara, com fins de prova junto à CONTRATANTE, para os efeitos e sob as penas da lei, notadamente o Código Penal, artigo 299, que não existe qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, Direta ou Indireta, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, de Estado ou de Município.

Cláusula Quinta — DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

5.1. O presente Contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a contratada, a multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93, facultada à contratante, em todo caso, a rescisão unilateral, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

5.2. Caso a CONTRATADA comporte-se de modo inidôneo, não mantendo a proposta, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal, falhar ou fraudar a execução do contrato poderá ser aplicado, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados a FSADU pelo infrator:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor previsto da contratação;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Fundação Sousaândrade por período de até 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Fundação Sousaândrade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

§ 1º As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” acima poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”;

§ 2º A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do licitante/contratado, na forma da Lei;

§ 3º O valor da multa aplicada será deduzida pela FSADU por ocasião do pagamento, momento em que a Gerência Operacional da FSADU comunicará à empresa. Caso não seja possível o pagamento por meio de desconto, a empresa fica obrigada a recolher a

multa por meio de boleto bancário, emitido pela FSADU, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendidos, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Cláusula Sexta – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Quaisquer tolerância de uma das PARTES quanto a infrações contratuais não induz novação e nem poderá ser invocada para justificar o não cumprimento das obrigações contratuais, sendo os casos omissos dirimidos por acordo entre as PARTES, respeitadas as normas e princípios da legislação aplicável, devendo ser feita através de instrumento por escrito todas as autorizações, concessões e mudanças nas condições ora estabelecidas.

§ 1º Fica compactuado a total inexistência de vínculo trabalhista entre a CONTRATANTE e o pessoal utilizado pela CONTRATADA que tenham ou venham a ter relação com os serviços de que trata este Contrato, não havendo, entre as PARTES, qualquer tipo de relação de subordinação hierárquica.

Cláusula Sétima – DO FORO

7.1 Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, as partes elegem o foro da comarca de São Luís, Estado do Maranhão, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

7.2 E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas.

São Luís, ____ de _____ de 2019.

Fundação Sousaândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF:

2. _____

CPF: